

# PRIORIZANDO OS DIREITOS HUMANOS NO COMBATE AO ZIKA

A relação entre o andamento da epidemia do Zika nas Américas e a saúde das gestações femininas, criou uma oportunidade decisiva para os Estados reafirmarem seu compromisso com o avanço dos direitos reprodutivos das mulheres a nível nacional, regional e global.

A comunidade científica chegou a um consenso de que o vírus da Zika é a causa da microcefalia, que pode—mas não sempre—resultar em problemas cognitivos e neurológicos, incluindo dificuldades de aprendizagem e funções motoras prejudicadas.<sup>1</sup> Além disso, as evidências continuam surgindo em torno de outros riscos que o vírus da Zika pode representar para as mulheres durante a gravidez, incluindo a investigação sobre o aumento do risco de aborto espontâneo.<sup>2</sup> Dado que as consequências do Zika são vividas de forma desproporcional pelas mulheres em suas gestações, é essencial que os Estados garantam às mulheres informações, ferramentas e recursos para que elas exerçam a sua autonomia reprodutiva. No entanto, apesar do Alto Comissariado para os Direitos Humanos<sup>3</sup> e a Organização Mundial da Saúde<sup>4</sup> reforçarem o caráter central dos direitos humanos da mulher durante este surto do Zika, carências significativas permanecem na forma como os Estados incorporaram esses princípios no combate a essa epidemia. Em muitos Estados, as medidas para tratar o Zika têm sido afetadas por formas odiosas de discriminação, perpetuando estereótipos de gênero nocivos e prejudicando os direitos humanos das mulheres.

Como é característico das crises de saúde pública, as áreas mais afetadas pelo surto do vírus da Zika são as mais pobres e marginalizadas, aquelas que enfrentam maior dificuldade na prevenção da transmissão do vírus, têm dificuldade de acessar os serviços sociais e de saúde e recebem poucas informações adequadas e precisas. O Zika afeta de maneira desproporcional mulheres de baixa renda que vivem em áreas rurais, onde há falta de infraestrutura e serviços sociais, incluindo o acesso à assistência de saúde de qualidade e aconselhamento. Para muitas destas mulheres e suas famílias, a falta de assistência médica adequada e serviços sociais para crianças com deficiência, aumenta o risco de crianças nascidas com microcefalia ou deficiências que necessitam de cuidados a longo prazo. Consequentemente, mulheres e famílias que apresentam múltiplas discriminações jurídicas e estruturais correm o risco de terem seus direitos humanos violados.

Esta declaração exige uma abordagem baseada em direitos humanos contra a epidemia do Zika. Ela identifica as obrigações dos Estados de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos de todas as pessoas afetadas pelo vírus da Zika, incluindo os direitos reprodutivos de mulheres grávidas e o de mulheres que cuidam de seus filhos além dos direitos de pessoas com deficiência, enfatizando a necessidade de priorizar as populações desproporcionalmente afetadas pelo vírus como resultado da marginalização social e econômica. Uma reação ao Zika baseada em direitos humanos, garante às mulheres o acesso à informação e serviços necessários para tomar as melhores decisões reprodutivas para si e suas famílias, e garante que todas as mulheres e famílias tenham o apoio social e econômico adequados para prosperar.

## Direito à Informação e Serviços Abrangentes sobre Saúde Reprodutiva

Em reação aos potenciais efeitos do Zika durante a gravidez, muitos governos têm aconselhado as mulheres a não engravidar. No entanto, esses Estados têm tomado algumas medidas para garantir o acesso das mulheres à informação, serviços e recursos para que elas possam exercer seu direito de decidir se e quando ter filhos. Colocar esse fardo sobre as mulheres, perpetua o equívoco de que só elas são responsáveis pelo planejamento ou prevenção da gravidez, e permite que os governos se esquivem de suas responsabilidades a fim de concretizar os direitos reprodutivos das mulheres. Uma

*O Center for Reproductive Rights gostaria de agradecer ao grupo Women Enabled International, ao CREA, e a Association of Women in Rights and Development (AWID) pela importante contribuição e orientação durante a formulação e elaboração deste comunicado.*

reação ao Zika baseada em direitos humanos deve priorizar a autonomia e a autodeterminação das mulheres, garantindo o direito à informação sobre saúde reprodutiva e serviços, incluindo os seguintes componentes:

- )] **Respeito pela tomada de decisão das mulheres.** A autonomia e o direito das decisões significativas e informadas tomadas pelas mulheres sobre sua saúde e direitos sexuais e reprodutivos devem ser centrais para a reação dos Estados ao Zika. Os Estados também devem responder às realidades sociais, econômicas e políticas que as mulheres enfrentam todos os dias no exercício de seus direitos reprodutivos. A epidemia do Zika afeta de forma desproporcional as populações que têm menos acesso à informação e serviços de saúde adequados, o que dificulta sua capacidade de exercer plenamente seus direitos sexuais e reprodutivos. Para que as mulheres possam exercer de maneira significativa a sua autodeterminação reprodutiva e concretizar a igualdade entre os sexos, os Estados devem garantir que todas elas tenham acesso aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva, incluindo opções anticoncepcionais, contraceptivos de emergência, cuidados de aborto seguro e legal e cuidados de saúde materna de qualidade. Além disso, os Estados devem priorizar a entrega de informações e serviços sobre saúde sexual e reprodutiva à mulheres que vivem nas comunidades afetadas pelo Zika que historicamente não tiveram acesso a essas informações.
- )] **Acesso à informação precisa e abrangente.** Os Estados devem garantir que todas as mulheres tenham acesso a informações precisas, imparciais e baseadas em evidências sobre os efeitos do Zika para que possam tomar decisões informadas sobre a gravidez e o parto. Conforme as informações e evidências se desenvolvem, os Estados devem garantir que essas sejam transmitidas aos profissionais de saúde e às mulheres, particularmente àquelas em comunidades isoladas, de forma compreensível e reflita com precisão as informações resultantes. Os Estados devem tomar medidas para combater ativamente os rumores e a desinformação sobre os efeitos do vírus da Zika durante a gravidez. As mulheres devem ter acesso a informações precisas e imparciais sobre ter uma criança com microcefalia ou outras condições causadas pelo Zika e a disponibilidade de serviços educacionais, sociais e de saúde adequados para apoiar suas escolhas. Os Estados devem também reconhecer, que o direito à informação inclui o direito de recusar informações, o que significa que as mulheres nunca devem ser obrigadas a receber informação relacionada à saúde contra sua vontade.
- )] **Acesso à contracepção.** Para mulheres que procuram atrasar ou evitar a gravidez, os Estados têm a obrigação de garantir o acesso a preços acessíveis a uma ampla variedade de contraceptivos de curto e longo prazo além de métodos permanentes, para atender suas preferências e necessidades individuais. A incapacidade de negociar o uso de contraceptivos e as altas taxas de violência sexual contra as mulheres demonstram a necessidade imediata de garantir o acesso à contracepção de emergência. Dada a evidência emergente de que o vírus da Zika pode ser transmitido sexualmente, os Estados devem garantir o acesso a ambos os preservativos, masculinos e femininos.
- )] **Acesso ao aborto.** Todas as mulheres devem ter direito de decidir se desejam levar uma gestação até o fim. Como em outras situações, onde as mulheres foram infectadas pelo vírus da Zika, elas estão em melhor posição para determinar o que é melhor para si e suas famílias. Cada história e situação é única e ninguém pode presumir saber sobre todas as circunstâncias que cercam a decisão pessoal de ter um aborto. As mulheres devem ser capacitadas e apoiadas para tomar essas decisões através de informações abrangentes, e imparciais sobre todas as opções disponíveis para elas. As leis restritivas ao aborto, a falta de acesso a serviços de aborto legal, o medo e os equívocos sobre o vírus da Zika podem obrigar as mulheres a procurarem clínicas de aborto ilegais, com riscos inerentes às suas vidas e saúde. De fato, evidências recentes mostram um aumento acentuado no número de mulheres que solicitam pílulas de aborto médico online, em países com leis restritivas ao aborto e alta incidência de infecção do vírus da Zika.<sup>5</sup> Garantir a todas as mulheres o acesso a serviços de aborto seguro e cuidados

após o aborto é essencial para preservar a vida e a saúde das mulheres, permitindo que elas exerçam sua autonomia reprodutiva.

- )] **Acesso aos cuidados de saúde materna.** Para as mulheres que decidem levar uma gravidez a termo, é essencial que elas tenham acesso a cuidados de saúde materna de qualidade. Embora até hoje, a atenção esteja centrada na ligação do vírus da Zika com a microcefalia, há uma investigação em curso sobre as formas as quais o Zika pode afetar a gravidez e o desenvolvimento fetal, incluindo o risco de morte fetal ou aborto.<sup>6</sup> Os riscos de saúde associados à gravidez e ao parto, especialmente se existir o risco elevado de aborto ou natimorto, exige que as mulheres tenham acesso à assistência de saúde materna de qualidade que é feita sob medida aos riscos associados ao surto do vírus da Zika.

## Direito ao Apoio Social e Econômico Adequado para Mulheres e Famílias

A evidência dos efeitos do vírus da Zika no desenvolvimento fetal, tornam imperativo que os Estados priorizem o fornecimento de apoios econômicos e sociais adequados para mulheres e famílias criando filhos com deficiência, que possam precisar de assistência especial ao longo de sua trajetória de vida para garantir a plena realização de seus direitos humanos. Muitas das áreas que são mais atingidas pela epidemia do vírus da Zika são pobres e rurais, e têm que lidar com a falta de recursos e serviços sociais para responder adequadamente às necessidades das mulheres e famílias. Essas deficiências agravam os desafios para mulheres deficientes que estão grávidas e podem precisar de atenção especializada durante a gravidez, bem como pais de crianças com deficiência que precisarão de sistemas de apoio de longo prazo. Ao assegurar o acesso a esses serviços e recursos, mulheres expostas ao Zika poderão decidir sobre a gestação e as opções parentais.

- )] **Apoios sociais e econômicos para as famílias.** Para garantir a inclusão de crianças e adultos com deficiência na vida social e econômica, os Estados devem oferecer oportunidades de educação e emprego inclusivas. Isso inclui acomodações razoáveis em espaços públicos, incluindo escolas e locais de trabalho, bem como serviços de apoio individualizado quando necessário. Os indivíduos e as famílias devem receber ferramentas e recursos para criar os filhos com deficiência, começando com necessidades imediatas, como assistência à saúde de reabilitação. Além disso, os serviços sociais de apoio de base comunitária para famílias devem garantir que as crianças com deficiência possam viver e prosperar na comunidade como também ajudar os pais a desfrutar de um relacionamento significativo com seu filho e oferecer aos pais uma rede de apoio necessária.
- )] **Combater o estigma contra pessoas com deficiência.** O estigma contra pessoas com deficiência está enraizado em estereótipos prejudiciais, incluindo a convicção de que suas vidas são menos valiosas ou que suas perspectivas de vida são mais limitadas. Os Estados devem acelerar os esforços para combater esses estereótipos negativos sobre as capacidades de pessoas com deficiência, consagrados nas leis e políticas que limitam seus direitos e dignidade, e abordar as dimensões intersectoriais de discriminação contra mulheres com deficiência. Tais esforços incluem eliminar a discriminação contra pessoas com deficiência na lei e na prática para assegurar a sua plena participação na vida pública e inclusão social. As mulheres com deficiência, em particular, devem ser incluídas em políticas de tomada de decisão e programas que afetem suas vidas e bem-estar.

## Recomendações

- )] **Garantir a todas as mulheres o acesso à assistência de saúde sexual e reprodutiva,** incluindo uma ampla variedade de anticoncepcionais, atendimento à saúde materna de qualidade e serviços seguros de aborto. Para isso, os Estados devem revogar as leis restritivas, tais como aquelas que limitam o direito das mulheres a certas formas de contracepção ou serviços de aborto legal; garantir a construção de postos de saúde em todas as comunidades

rurais e marginalizadas e garantir que os profissionais de saúde tenham informação, formação e recursos para fornecer uma ampla variedade de serviços de saúde reprodutiva. Os Estados devem também assegurar que todas as mulheres que precisam de atenção especializada durante a gravidez e no parto, incluindo mulheres com deficiência, tenham acesso aos serviços de assistência de qualidade.

- )] **Garantir o fornecimento de informações precisas sobre os efeitos da epidemia do vírus da Zika**, particularmente no que se refere à gestação e maternidade. Os Estados devem assegurar que a informação emergente seja divulgada de forma oportuna e atinja as populações mais pobres e marginalizadas. Além disso, os Estados devem trabalhar proativamente para dissipar quaisquer rumores e equívocos sobre o vírus da Zika e seus efeitos durante a gravidez e saúde ou bem-estar do feto.
- )] **Garantir total igualdade às pessoas com deficiência, erradicando a discriminação formal e estrutural** contra pessoas com deficiência na lei e na prática. Tomar medidas para resolver o estigma enraizado em estereótipos nocivos sobre pessoas com deficiência, incluindo a noção de que a vida de pessoas com deficiência é menos valiosa. Os Estados devem tomar outras medidas positivas para garantir a inclusão social e apoiar as crianças com deficiência e suas famílias. Em particular, os Estados devem garantir o acesso a cuidados de saúde de qualidade, serviços comunitários, reabilitação, educação inclusiva, e ajuda econômica para crianças nascidas com microcefalia ou outras condições relacionadas com o Zika.
- )] **Empenhar ativamente as populações afetadas**, incluindo moradores de comunidades marginalizadas, na criação e implementação de medidas específicas para lidar com o vírus da Zika e seus riscos inerentes. Os Estados devem utilizar o amplo conhecimento e a experiência de defensores de direitos reprodutivos e de pessoas com deficiência, para elaborar soluções políticas que promovam simultaneamente os direitos femininos e de pessoas com deficiência.
- )] **Investir e coordenar a investigação sobre o impacto do vírus da Zika** durante a gestação e a saúde da mulher. Os Estados devem identificar as melhores práticas para enfrentar a crise de saúde pública através de uma abordagem baseada em direitos humanos.

---

## Notas Finais

- <sup>1</sup> Para mais informações sobre o Zika, consulte os Centros de Controle e Prevenção (CDC), Zika, <http://www.cdc.gov/zika/index.html>. O CDC está investigando ligações entre o Zika e a síndrome de Guillain-Barré, um enfraquecimento do sistema nervoso que pode levar à paralisia. Veja <http://www.cdc.gov/zika/about/gbs-qa.html>.
- <sup>2</sup> CDC, Prevent Infections during Pregnancy atualizado em 29 de junho de 2016, *disponível em* <http://www.cdc.gov/features/prenatalinfections/>. A Organização Mundial de Saúde (OMS) identifica como investigação prioritária a associação entre o vírus da Zika e o aborto e natimorto. WHO, Pregnancy Management in the Context of Zika Virus Infection, Interim Guidance Update, May 13, 2016, U.N. Doc. WHO/ZIKV/MOC/16.2 Rev.1, *disponível em* [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/204520/1/WHO\\_ZIKV\\_MOC\\_16.2\\_eng.pdf?ua=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/204520/1/WHO_ZIKV_MOC_16.2_eng.pdf?ua=1).
- <sup>3</sup> O Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos Zeid Ra'ad Al Hussein, "Upholding women's human rights essential to Zika response," Feb 5, 2016, *disponível em* <http://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=17014&LangID=E#sthash.i0wkcYV1.dpuf>.
- <sup>4</sup> WHO, Interim Guidance Update, *supra* nota 2.
- <sup>5</sup> Aiken AR, Scott JG, Gomperts R, Trussell J, Worrell M, Aiken CE. Requests for Abortion in Latin America Related to Concern about Zika Virus Exposure. *New England Journal of Medicine* June 22, 2016: Jun 22 *disponível em* [http://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMc1605389?query=featured\\_zika](http://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMc1605389?query=featured_zika).
- <sup>6</sup> Meaney-Delman D. Zika virus infection among US pregnant travelers: August 2015–February 2016. *MMWR. Morbidity and mortality weekly report*. March 4, 2016; 65 (08) *disponível em* <http://www.cdc.gov/mmwr/volumes/65/wr/mm6508e1.htm>. O registro de gestação Zika nos Centros Americanos de Controle de Doenças (CDC), compila dados dos departamentos de saúde estaduais, tribais, locais e territoriais para rastrear as consequências durante a gravidez e em recém nascidos de gestações com evidência laboratorial de infecção pelo vírus da Zika <http://www.cdc.gov/zika/qeo/pregnancy-outcomes.html>.